

O homem deve pensar, pode divergir, mas, antes de tudo deve ser tolerante. Das idéias, nem sempre convergentes, brota a imensa variedade de pensamentos que norteiam a humanidade e lhe abrem o caminho da verdade

Diariamente, lêem-se, nos jornais e na mídia em geral, reclamações e violentas agressões ao radar, móvel ou imóvel, também chamados de pardais. Não há um dia sequer que as colunas do leitor, de todos os jornais brasileiros, não estejam recheadas com essas falsas e hipócritas lamúrias. Vez ou outra, rarissimamente, alguém, com bom senso, se lembra de defender dos ataques inflamados esses “maléficos caça níqueis”, como andam dizendo por aí!

Culpam-se as autoridades e estes instrumentos sofisticados e modernos, frutos do desenvolvimento científico e tecnológico, e o próprio Código de Trânsito Brasileiro e a legislação complementar, pelas penalidades, atravancamento de trânsito e, pasmem, pela impossibilidade de os infratores, maus motoristas e criminosos em potencial, pagarem as multas que merecem, pois – vociferam - se o fizerem, ficarão sem o leitinho das suas pobres criancinhas!

Argumentam, em seu favor, que não podem arcar com esse pesado ônus, já que ficarão sem seu instrumento de trabalho – o carro – ou, então, metade de seus salários terá o destino inglório de cobrir essa injusta e maldita pena. Os mais aquinhoados, de qualquer forma, não se importam de pagar esse tributo aos “deuses do mal”, mas põem-se a lamentar ou vomitam seu mau humor sobre os outros. Ou, ainda, fazem-se de pobres vítimas. Coitadinhos!

É o absurdo dos absurdos. É de estarrecer. Ninguém teria que pagar a multa nem ser penalizado, se não violasse, flagrantemente, a lei, ou choramingar porque não foi avisado de que o pardal existe em determinado

local, para, então, o imprudente apressadinho diminuir a velocidade e, logo em seguida, aumentá-la e correr doidamente.

Basta ter paciência e reparar nos malucos do trânsito. Só faltava esta.

É como dizer à criança “não bata no irmãozinho, porque o papai está aqui, ao seu lado”. Vale dizer, se o papai sair, pode bater, porque ninguém verá nem há vigilância.

Infelizmente, esta é, senhoras e senhores, a mentalidade insana que domina nossa sociedade. É preciso acabar com essa neurastenia e com a impunidade, de uma vez por todas. Não há que contemporizar com a ilegalidade.

Lembro-me de que, há anos, recém-chegado a Brasília, levei meu automóvel, um velho e saudoso fusca, ao Coqueiro, o mago das regulagens, e seu jovem filho, que já prometia alçar-se às alturas do profissionalismo de seu pai, enquanto dirigia o veículo, para testá-lo, disse, com toda a simplicidade:

- Dotô, está vendo aquele cara, correu tanto, cometeu suas imprudência, costurou todo mundo e lá está ele paradinho, no sinal, esperando, e nós, afinal, chegamos ao mesmo lugar, e estamos só um pouquinho atrás dele e viemos com toda a segurança!

Respondi-lhe, atordoado, pela inusitada observação:

- É, você tem razão, meu rapaz, eles correm, correm, avançam os sinais, ultrapassam indevidamente, fazem suas barbeiragens, por que e para que?

Quanta sabedoria, quanta verdade numa só frase, num só pensamento, simples, sem bordado, sem malícia. Jamais me esquecerei dessas sábias palavras. Tão singelas, mas tão esquecidas por tantos outros.

Afinal, se o limite máximo da velocidade não condiz com a realidade, há meios legais de se peticionar às autoridades competentes para que analisem a viabilidade de elevá-lo e, então, façam a devida alteração. Se não

tomarem conhecimento, existem remédios legais para sanar isto. Se a arrecadação é ilegal, pelo modo que se faz, corrija-se esta. Se há corrupção, como se alega, que se responsabilizem os corruptos e corruptores, para que sejam punidos.

Sem duvida, o Ministério Público haverá de agir contra essas autoridades e maus gestores da coisa publica, porque leis existem aos milhares. Basta que sejam bem aplicadas, com extremo rigor e justiça, sem contemplação. Não é necessário encherem-se os baús com novos diplomas que falam a mesma língua, sob pena de não serem levadas a sério. Aprimorem-se e cumpram-se as já existentes.

O que não pode é o motorista, simplesmente, violar a lei impunemente e ainda desejar o beneplácito pelo mal que pratica ou, simplesmente, procurar os maus políticos que dão guarida a seus instintos, em véspera de eleições ou porque também comungam de suas idéias e atos. E quem passa vexame é o fiel cumpridor da lei. Chamam-no de bobo, trouxa, boboca. Até parece!

Há de se exclamar: "*Quosque tandem, Catilina, abutere patientia nostra?*" (Até quando, ó Catilina, abusarás de nossa paciência?)"

Leon Frejda Szklarowsky é advogado, subprocurador-geral da Fazenda Nacional aposentado, conselheiro e presidente da Comissão de Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, juiz arbitral da American Arbitration Association, Presidente do Conselho de Ética e Gestão do Centro de Excelência de Mediação e Arbitragem do Brasil, acadêmico do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, da Academia Brasileira de Direito Tributário e membro dos Institutos dos Advogados Brasileiros, de São Paulo e do Distrito Federal, do Instituto Brasileiro de Direito Tributário e da Associação Nacional dos Escritores, da Academia Maçônica de Letras do Distrito Federal, da Academia de Letras e Música de Brasília e do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal.

Elaborado em 2003.